



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL DE ABERTURA Nº 003/2015 de 17 de setembro de 2015.

O MUNICÍPIO DE TAVARES, através de seu representante legal, o Prefeito Municipal, **SR. FLÁVIO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA** o Edital de Abertura nº 001/2015 conforme segue:

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL:

1. Lei Municipal nº 1.441/2009 e suas alterações – Código do Meio Ambiente: na íntegra.
2. Lei nº 12.651/12: Código Florestal Brasileiro: na íntegra.
3. Lei nº 6.938/1981 - DOU 02/09/1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências. * Vide alterações dispostas na Lei Federal nº 10.165 de 27/12/2000, que institui a taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA: na íntegra.
4. Lei nº 9.605/1998: Lei de Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências: na íntegra.
5. Decreto nº 6.514/2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências: na íntegra.
6. Resolução nº 237/1997: Regulamenta aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente: na íntegra.
7. RESOLUÇÃO nº 303/2002: Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente: na íntegra.
8. Lei nº 11.520/2000: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências: na íntegra.

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

1. Lei Municipal nº 1.441/2009.
2. Lei nº 12.651/12.
3. Lei nº 6.938/1981.
4. Lei nº 9.605/1998.
5. Decreto nº 6.514/2008.
6. Resolução nº 237/1997.
7. RESOLUÇÃO nº 303/2002.
8. Lei nº 11.520/2000.

LEIA-SE E CORRIGE-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL:

1. Lei Municipal nº 1.442/2009 e suas alterações – Código do Meio Ambiente: na íntegra.
2. Lei nº 12.651/12: Código Florestal Brasileiro: na íntegra.
3. Lei nº 6.938/1981 - DOU 02/09/1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências. * Vide alterações dispostas na Lei Federal nº 10.165 de 27/12/2000, que institui a taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA: na íntegra.
4. Lei nº 9.605/1998: Lei de Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências: na íntegra.
5. Decreto nº 6.514/2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências: na íntegra.
6. Resolução nº 237/1997: Regulamenta aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente: na íntegra.
7. RESOLUÇÃO nº 303/2002: Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente: na íntegra.
8. Lei nº 11.520/2000: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências: na íntegra.

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

1. Lei Municipal nº 1.442/2009.
2. Lei nº 12.651/12.
3. Lei nº 6.938/1981.
4. Lei nº 9.605/1998.
5. Decreto nº 6.514/2008.
6. Resolução nº 237/1997.
7. RESOLUÇÃO nº 303/2002.
8. Lei nº 11.520/2000.

Realização:





PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015.

FLÁVIO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

Gilson Terra Paiva,
Sec. de Coord. Planejamento e Projetos.

Realização:

